

O Desafio da Arquitetura no Mundo Rural

Orientando (a): Mayara Santos Lima

Orientador (a): Marcos Virgílio da Silva

RESUMO

A pesquisa possui como assunto central as regiões rurais, que apresentam grande importância para o desenvolvimento territorial. Desse modo, aborda o questionamento sobre os desafios que o campo da Arquitetura encontra ao atuar nessas áreas, que foram relegadas por muitos anos, devido ao forte processo de industrialização e urbanização que ocorreu no mundo durante o século XX, assim transformando as cidades em regiões atrativas. Fundamentando-se em referências bibliográficas, podemos afirmar que as regiões não urbanizadas possuem ainda um relevante papel econômico, técnico-científico, cultural e de preservação, apesar da persistente falta de preocupação com essas regiões. O artigo se estrutura em descrever o rural, de modo que consiste em demonstrar o que pode ser considerado rural e como se apresenta atualmente. Além de relacionar essa configuração territorial com a ciência da Arquitetura.

Palavras-Chave: Rural, zona rural, Planejamento territorial, Arquitetura, Arquitetura Rural.

ABSTRACT

The research holds as main subjects the rural regions, since they present a great importance for territorial development. Therefore, this paper addresses the question about the challenge that the architecture field faces in handling these areas, which have been relegated for many years, due to the strong industrialization and urbanization processes that had happened all around the world in the century XX, thus transforming cities into attractive regions. Based on bibliographical references, we can affirm that the rural areas possess a relevant economic, scientific-technical, cultural and preservation role, despite the lack of attention recently devoted to these regions. The paper is structured to describe the rural, in order to illustrate what could be considered rural and how it is present, nowadays. Besides, relate it with the Architecture sciences.

KEYWORDS: Rural; Rural zone, Territorial development, Architecture, Rural Architecture

INTRODUÇÃO

O processo de industrialização desencadeou uma crescente desigualdade entre as regiões rurais e urbanas, visto que as cidades ganharam mais relevância em relação ao campo. Desse modo, pode-se dizer que o meio rural perdeu centralidade econômica (FERRÃO, 2000).

Segundo Viegas (2002), para identificar os padrões que distinguem as regiões entre rurais e urbanas, pode-se entender como objetos de estudos o relevo, clima, hidrologia, além de interpretar as ações humanas no território.

A análise do ambiente rural tem ocorrido de modo que acompanha as mudanças acontecidas no território. Além disso, a arquitetura rural demonstra um campo de estudo fundamental para o desenvolvimento do País. (FERRÃO, 2004).

Os tópicos abordados no artigo, partem da perspectiva de apresentar o contexto que se enquadra o mundo rural e como ocorreu o seu desenvolvimento até o momento presente. E, como as ações da arquitetura aderem esse espaço, ainda, quais as adversidades contém nas áreas rurais.

Sendo assim, essa pesquisa mostra-se relevante para o estudo das áreas identificadas como rurais, que por muito tempo foram relegadas no planejamento territorial, mas que, atualmente, têm reconhecida sua importância para o desenvolvimento socioeconômico, cultural e para a preservação ambiental.

O objetivo desse estudo é contextualizar o domínio rural durante o recorte temporal dos últimos 20 anos, além de identificar o “mundo rural” atual, uma vez que as mudanças nessas regiões geram novas formas de organização espacial. Além disso, pretende indicar quais são as dificuldades que a Arquitetura encontra para atuar nessa nova área de interesse que é o de intervir em meios não urbanos.

Como metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa por meios de levantamentos bibliográficos - pesquisas de revistas, artigos referentes ao tema pesquisado, livros e outras fontes - da virada do século XXI até o momento atual.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO RURAL

Por muito tempo os traços do espaço rural definiram-se pela função da produção de alimentos, com a atividade econômica predominante sendo a agricultura, além dos grupos sociais referindo-se às famílias camponesas com aspectos culturais próprios (FERRÃO, 2000). Atrelado a isso, associou-se o ambiente rural a uma estrutura territorial mais simples, com grandes glebas e propício basicamente para a implantação do agronegócio (FERRÃO, 2004).

Segundo o IBGE (2015), às áreas rurais caracterizam uma regionalidade que não somente diferenciam a geografia que configura o espaço agrícola brasileiro, mas também estão ligadas às terras legalmente delimitadas a propósito de preservação cultural e ambiental, para além das áreas urbanas do país.

O estudo da paisagem rural brasileira constitui-se, por seu patrimônio cultural, de aspectos socioeconômicos, físicos e ecológicos. A arquitetura rural, particularmente, possui o papel de analisar e reconhecer paisagens culturais para o desenvolvimento sustentável dessas regiões. Dessa forma, Segundo Ferrão (2004), a paisagem do campo se apresenta constituída por:

- Habitação Rural
- Arquitetura agrícola
- Arquitetura agroecológica
- Patrimônio cultural histórico
- Infraestrutura física

O espaço não-urbano, hoje sinônimo de espaço rural, acaba sendo visto como o “espaço que sobra” no território, o espaço que ainda não se urbanizou, ainda não se transformou em cidade. Essa ideia é prejudicial ao desenvolvimento rural e urbano porque desvirtua o sentido de ordenação territorial como possibilidade de se promover a sustentabilidade a partir do respeito à vocação dos espaços rurais, urbanos e não-urbanos (FERRÃO, 2007, p.91).

Uma sociedade urbano-industrial, gerada a partir da Revolução Industrial iniciada no século XVIII, mudou o cenário do mundo rural, visto que o campo perdeu a

prioridade

econômica, social e simbólica da política de desenvolvimento regional (FERRÃO, 2000).

Para José Eli de Veiga (2002), na escala internacional há três tipos de países no que se refere à diferenciação espacial entre as áreas urbanas e rurais. No primeiro grupo, há os países fortemente urbanizados – apresentando regiões essencialmente urbanas com mais de 30% de território e as áreas essencialmente rurais ocupando menos de 20%, as quais áreas intermediárias ficam entre 30% e 50%: neste grupo estão países como Holanda, Bélgica, Reino Unido e Alemanha. No segundo grupo encontram-se países como Austrália, Canadá, Estados Unidos, Nova Zelândia, Irlanda, Suécia e Noruega, nos quais as regiões essencialmente rurais cobrem mais de 70% do território e as relativamente rurais menos de 20%. No terceiro e último grupo encontra-se o equilíbrio em relação às áreas rurais e urbanas e se enquadram países como a França, Japão, Áustria e Suíça.

Na tabela a seguir podemos identificar, de acordo com os dados fornecidos pela OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development) até o ano de 2016, o percentual de pessoas vivendo em áreas predominantemente urbanas, intermediárias e predominantemente rurais. Observa-se que países como Áustria, Finlândia, Hungria, Irlanda e República Eslovaca demonstram populações caracterizadas por pessoas vivendo no âmbito rural, assim correlacionando com os dados discriminados por Veiga (2002).

Tabela 1: Percentual de pessoas vivendo em áreas predominantemente urbanas, intermediárias e predominantemente rurais.

Table A.4. Percentage of national population living in predominantly urban, intermediate and predominantly rural regions (TL3) and number of regions classified as such in each country

| | Percentage of population (2014) | | | Number of regions (TL3) | | |
|-----------------|---------------------------------|------------------|-----------|-------------------------|--------------|-------|
| | Rural (%) | Intermediate (%) | Urban (%) | Rural | Intermediate | Urban |
| Australia | 19.7 | 10.1 | 70.2 | 29 | 11 | 9 |
| Austria | 44.1 | 20.8 | 35.1 | 25 | 5 | 5 |
| Belgium | 8.6 | 23.6 | 67.8 | 13 | 13 | 18 |
| Canada | 27.4 | 56 | 56.6 | 229 | 35 | 30 |
| Chile | 35.9 | 15.7 | 48.4 | 41 | 7 | 6 |
| Czech Republic | 32.9 | 42.9 | 24.2 | 6 | 6 | 2 |
| Denmark | 28.9 | 48.8 | 22.4 | 4 | 5 | 2 |
| Estonia | 45.2 | 11.4 | 43.5 | 3 | 1 | 1 |
| Finland | 40.4 | 30.5 | 29.1 | 12 | 6 | 1 |
| France | 30.6 | 34.6 | 34.8 | 55 | 27 | 14 |
| Germany | 16.3 | 42 | 41.7 | 118 | 204 | 90 |
| Greece | 43.8 | 10.6 | 45.7 | 44 | 5 | 2 |
| Hungary | 46.7 | 35.6 | 17.7 | 13 | 6 | 1 |
| Iceland | 35.8 | 64.2 | - | 7 | 1 | 0 |
| Ireland | 72.4 | - | 27.6 | 7 | 0 | 1 |
| Italy | 20.1 | 43 | 36.9 | 41 | 90 | 19 |
| Japan | 12 | 31.4 | 56.7 | 13 | 22 | 12 |
| Korea | 17.2 | 13.1 | 69.6 | 5 | 3 | 8 |
| Luxembourg | - | 100 | - | 0 | 1 | 0 |
| Mexico | 36.6 | 17.4 | 46 | 145 | 30 | 34 |
| Netherlands | 6.6 | 26.9 | 72.5 | 1 | 17 | 22 |
| New Zealand | - | 55.2 | 44.8 | 0 | 12 | 2 |
| Norway | 32.3 | 44 | 23.7 | 10 | 7 | 2 |
| Poland | 53.2 | 38.5 | 28.3 | 24 | 26 | 16 |
| Portugal | 20.1 | 26.9 | 53 | 15 | 8 | 7 |
| Slovak Republic | 50.2 | 38.4 | 11.4 | 4 | 3 | 1 |
| Slovenia | 43.4 | 56.6 | - | 7 | 5 | 0 |
| Spain | 7.3 | 33.5 | 59.2 | 14 | 29 | 16 |
| Sweden | 15.9 | 61.6 | 22.6 | 6 | 12 | 1 |
| Switzerland | 7.4 | 54.3 | 38.3 | 4 | 16 | 6 |
| Turkey | 30.2 | 36.4 | 33.4 | 40 | 27 | 5 |
| United Kingdom | 2.9 | 23.2 | 73.9 | 13 | 37 | 89 |
| United States | 37.7 | 20.2 | 42.1 | 132 | 21 | 26 |

12

<https://dx.doi.org/10.1787/888931364249>

Fonte: OECD, 2016

De acordo com o Projeto Rede de Avaliação e Capacitação para Implantação dos Planos Diretos Participativos (2011),

139

a Constituição Federal de 1988 conferiu à sociedade brasileira, por meio de lutas sociais, o direito da Reforma Urbana, o princípio da função social e da propriedade. Além disso, o texto constitucional declarou o município como principal agente dessa política de desenvolvimento e gestão urbana.

Consta também do Projeto Rede de Avaliação e Capacitação para Implantação dos Planos Diretos Participativos (2011) que a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, nomeada como o Estatuto da Cidade, reforçou o Plano Diretor como instrumento

básico da expansão e desenvolvimento da cidade, e ampliou a ação territorial em áreas de impacto ambiental, além das regiões que estão definidas no 4º do Art. 182 da Constituição Federal, que menciona o adequado aproveitamento do solo urbano.

Desta forma, além da promoção do Plano Diretor, a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade fortaleceram a gestão democrática e a função social da cidade e da propriedade, objetivando a inclusão territorial e a diminuição das desigualdades, expressas na maioria das cidades brasileiras por meio das irregularidades fundiárias, da segregação sócio-espacial e da degradação ambiental. Buscou-se, também, oposição à lógica assimétrica entre centro e periferia, pois enquanto nas áreas centrais verificam-se os constantes investimentos públicos e uma urbanização consolidada e legalizada, nas áreas periféricas, sem contar os inúmeros conflitos sócio-espaciais, nota-se carência de investimentos públicos e urbanização precária (PROJETO REDE DE AVALIAÇÃO E CAPITAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS DIRETOS PARTICIPATIVOS, 2011, p.14).

Conforme Veiga (2002), a desigualdade entre regiões rurais de um mesmo país tende a ser mais expressivas que entre as regiões rurais e urbanas. Desse modo, pode-se observar como o espaço não é apenas uma estatística, porém algo produzido conforme as ações humanas que o modifica.

Até o momento da revolução industrial as áreas rurais possuíam a centralidade como fatores econômicos, entretanto foram relegadas devido à importância que os meios urbanos adquiriram. Assim as questões de planejamentos territoriais foram direcionadas para a solução dos problemas das cidades.

No Brasil somente após o fim do regime militar, com a Constituição de 1988, surgiu a determinação de criação dos Planos Diretores para cidade com número maior de 20 mil habitantes. Entretanto, não se especificou como ocorreria o planejamento do município no seu todo, assim, deixando dúvidas sobre como tratar as áreas rurais. Desse modo, nota-se certo desinteresse pelo planejamento territorial rural.

No entanto, parte significativa dos municípios brasileiros possuem de alguma forma desenvolvimento de caráter rural, desse modo, qualquer município que busca o

avanço das regiões urbanas não deve desconsiderar o espaço rural e suas atividades (MIRANDA, 2009).

Apenas com o Estatuto da Cidade (2001), houve a reformulação do Plano Diretor, assim desenvolvendo mais abrangência em relação ao município como um todo, assim inserindo o espaço rural, no seu perímetro de ação.

Considerando as atribuições legais simples, como proteger o meio ambiente, fornecer o acesso à saúde, assistência social ou o abastecimento de alimentos não são específicos das regiões urbanas, mas de todo o município, inclusive das áreas rurais. Dessa maneira, o planejamento territorial, gestão e políticas públicas têm que atender todos dentro do município (MIRANDA, 2009).

De acordo com Miranda (2009), Devido o ordenamento territorial ser de responsabilidade do município, deve-se cumprir o interesse social e suas funções sociais da cidade e propriedade – Rural e urbano. Assim, levando para a quebra das desigualdades espaciais e sociais. Por exemplo: a regulação do uso e ocupação do solo, definição de zonas de interesse para a preservação histórica e ambiental, além de regularização do turismo e lazer, fundiária e loteamentos clandestinos.

Ainda, outros fatores chamaram a atenção sobre o desenvolvimento do meio não urbano. Por exemplo: a inserção de outras atividades de renda, além das dinâmicas extrativistas, a preservação ambiental e cultural, habitações, assim como certos serviços pessoais.

2. O RURAL HOJE

Segundo Holanda (2007), a paisagem natural não modificada pelo o homem também está situada na discussão da arquitetura e é passível de análise e avaliação, assim como edifícios e cidades.

A partir da ideia do patrimônio, surge o reconhecimento do mundo rural não agrícola, e desse modo ocorrem três movimentos - o da renaturalização, que possui indicações para a conservação e proteção da natureza; também acontece a busca pela autenticidade, que segue a preservação e conservação do patrimônio histórico; e por último há a mercantilização das paisagens, como resultado da melhoria da qualidade de vida, gerando o aumento de tempo livre e valorização das atividades de turismo e lazer (FERRÃO, 2000).

De acordo com Ferrão (2000), outro fator identificado nas regiões rurais são as práticas de pluriatividades. Ou, conforme descreve Favaretto (2007):

A primazia marcante das atividades primárias – agricultura, pecuária, mineração, silvicultura – cede espaço a uma maior diversificação, com uma crescente heterogeneização das economias rurais, em que se destaca o crescimento cada vez maior do setor de serviços (FAVARETO, 2007, p. 178).

O agronegócio com a aplicação de novos processos de produção, contribui grandemente para a modificação do espaço rural. Sendo assim, áreas que abrigam essas instalações começam a acomodar uma arquitetura de grande complexidade (FERRÃO, 2004).

Segundo Ferrão (2000), o acesso à infraestrutura, equipamentos e serviços contribui para a preservação e permanência de redes individuais e institucionais, mobilidade, além do desenvolvimento de locais de multiuso.

A racionalidade do meio técnico-científico, a propagação dos meios de comunicação e o consumo em massa adentraram o campo a partir do meio urbano. Além disso, as áreas rurais contemporâneas manifestam infraestrutura antes situadas em regiões urbanas (LAGE, 2017). Segundo Lage (2017), entende-se por infraestrutura às essencialmente para a produção – rodovias, hidrelétricas, rede de comunicação, além de outros instrumentos. E, para a ordem de serviços são considerados: educação, serviços de saúde, habitação e outros. Alguns dos habitantes do meio rural são pessoas como, seringueiros, índios, trabalhadores sem-terra, e adiante. (LAGE, 2017).

É fundamental identificar as manifestações locais, que por muita vez estão implantadas no mesmo cenário, mas de forma fragmentada, visto que habitações, espaços naturais, produtivos, industriais, entre outras áreas, obrigatoriamente não estão conectadas ou relacionadas (MIRANDA, 2009).

A estrutura institucional também se alterou, direcionando a organização do uso público dos recursos naturais. Assim, dando parâmetros para o controle dos recursos naturais, além das transformações no âmbito de comunidade, como o acesso à terra, administração e preservação de bacias hidrográficas e floresta, ademais do enaltecimento da paisagem e biodiversidade (FAVARETO, 2007).

Percentual de população vivendo em áreas predominantemente urbanas, intermediárias e predominantemente rurais.

Nos mapas da OECD (Organisation for Economic CO-operation and Development), observa-se a população vivendo em regiões predominantemente urbanas, intermediárias e predominantemente rurais nas América do Norte e Central, Ásia e Oceania e Europa. Pode-se observar pontos de pessoas vivendo em rural distante na América do Norte, assim como na Europa. Nos limites da Ásia e Oceania há concentração de pessoas vivendo em áreas predominantes rural tais como intermediárias.

Figura 1: América do Norte e Central.

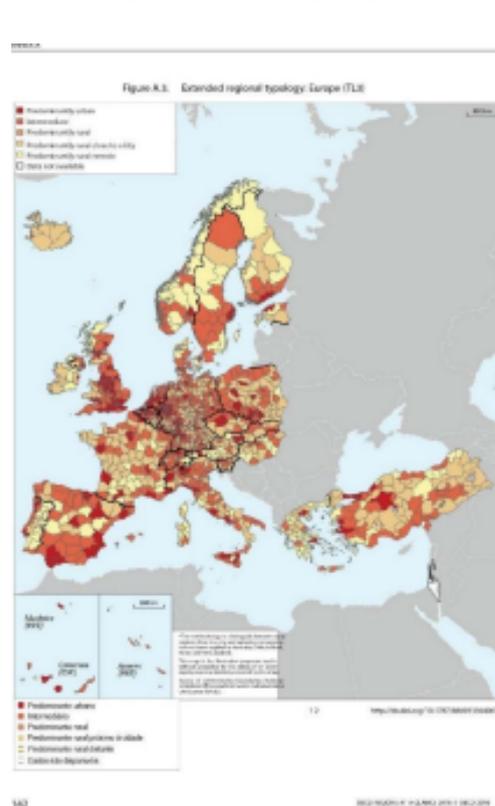
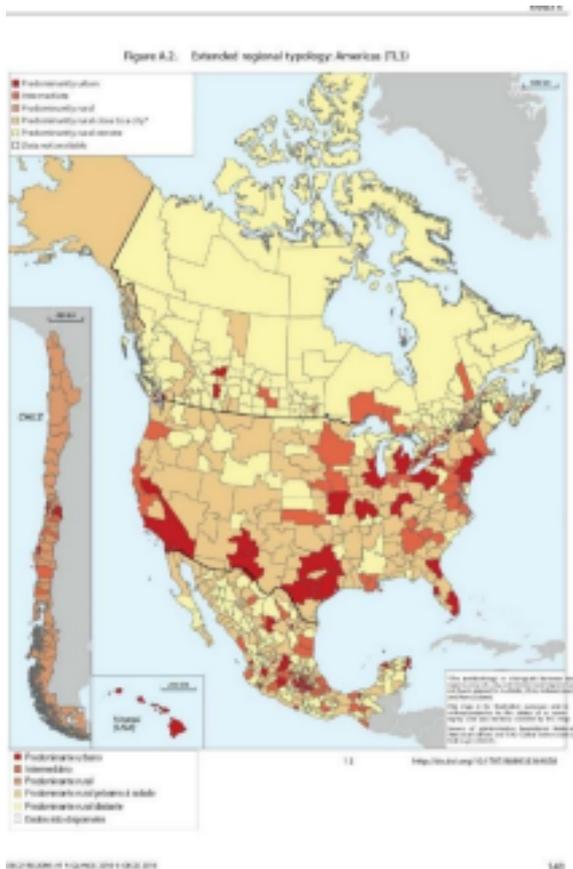
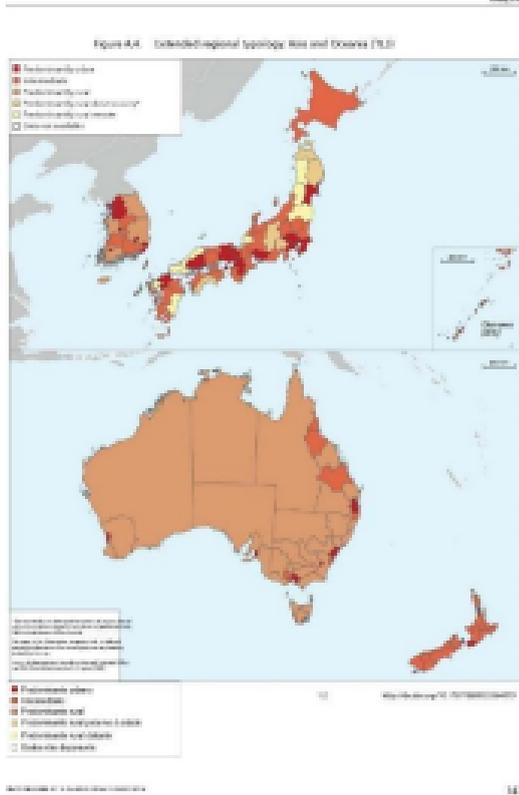


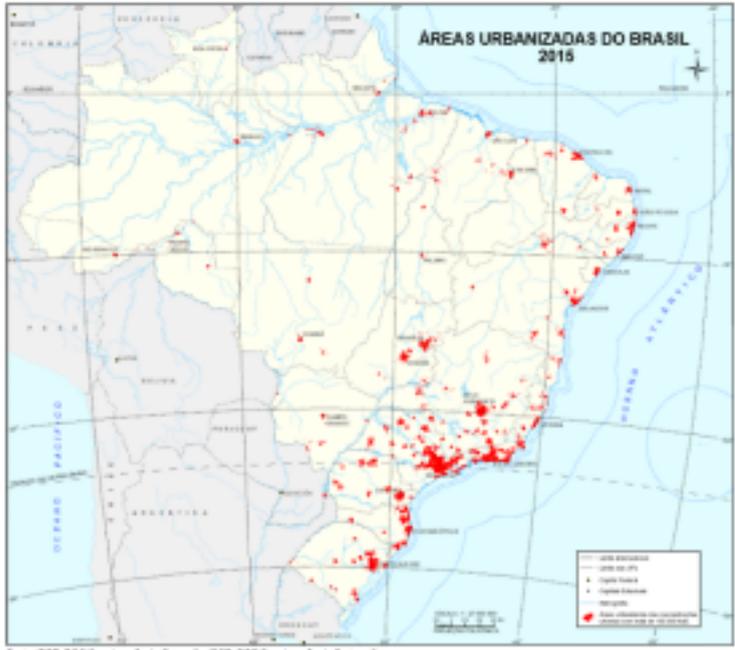
Figura 2: Europa



Fonte: OECD REGIONS AT A GLANCE 2016 © OECD 2016

Fonte: OECD REGIONS AT A GLANCE 2016 © OECD 2016

Figura 3: Ásia e Oceania. Legenda:
Fonte: OECD REGIONS AT A GLANCE 2016 © OECD 2016



Fonte: IBGE, DBC/Coordenação de Geografia, IBGE, DBC/Coordenação de Cartografia

3.2 Espacialização das áreas Urbanizadas e Rurais do Brasil (2015)

Os mapas seguintes foram obtidos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e destacam as áreas urbanizadas no território brasileiro.

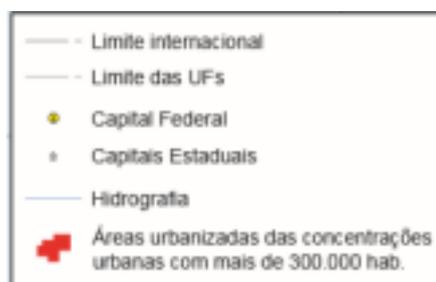
O primeiro mapa mostra as regiões urbanas de concentração com mais de 100.000 habitantes, identificando uma centralização maior nas regiões Sul e Sudeste do País. O segundo

mapa apresenta as áreas urbanizadas com mais de 300.000 habitantes e a concentração desse conjunto continua sendo as regiões Sul e Sudeste do País, porém em menor quantidade em comparação ao primeiro. Ainda, os pontos estão mais próximos das capitais estaduais brasileiras.

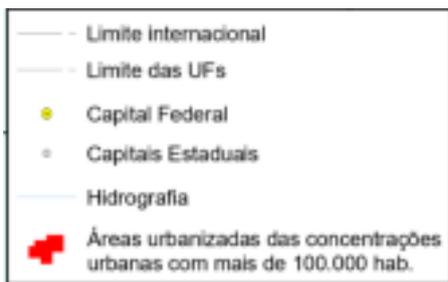
(Concentrações com mais de 100.000 hab.)

Figura 5: Áreas Urbanizadas do Brasil – 2015 (Concentrações com mais de 300.000 hab.)

Legenda



Legenda



Fonte: IBGE. DGC/Coordenação de Geografia; DGC/Coordenação de Cartografia. Figura 4: Áreas Urbanizadas do Brasil – 2015

Fonte: IBGE. DGC/Coordenação de Geografia; DGC/Coordenação de Cartografia.

Adiante, há o mapa das áreas rurais brasileiras (2015), o qual contrasta com os mapas das regiões urbanizadas do Brasil, evidenciando pela marcação colorida as extensões rurais brasileiras, assim, deixando nítido que as áreas rurais são espacialmente dominantes no território brasileiro. Também estão apresentados os pontos dos principais centros urbanos, terras indígenas e unidades de conservação. Ainda assim, as regiões rurais prevalecem no cenário, apenas alguns pontos de conservação e



terras indígenas ganham destaque.

Figura 6: Áreas Rurais do Brasil – 2015.

Legenda



Fonte: Fonte: IBGE. DGC/Coordenação de Geografia; DGC/Coordenação de Cartografia.

Desse modo, verifica-se a presença expressiva do mundo rural, trazendo para esse espaço o reconhecimento de aspectos em questão, como dinamismo econômico, tendência às atividades de lazer e turismo, ocorrendo novas instalações no meio de produção do agronegócio, e ainda parâmetros institucionais para a preservação cultural e ambiental.

3. A relação do Mundo Rural com a Arquitetura

Segundo Rem Koolhaas (2016), os arquitetos e urbanistas devem pensar em novas metodologias para o espaço rural, visto que em um determinado tempo essa região deverá ser reconhecida. Além disso, ele relembrou que apenas 2% da superfície terrestre são formadas por cidades.

De acordo com Holanda (2007), a arquitetura lida com duas variáveis, a dependente e independente. A primeira caracteriza-se pelo ambiente social natural como: clima, relevo, geologia, hidrografia, disponibilidade de materiais, meio técnico-científico, economia e política. Já a segunda corresponde à arquitetura como causadora de impactos nas vidas de pessoas, igualmente na paisagem natural.

Holanda (2007) relata os modos de fazer e pensar arquitetura durante as últimas décadas. Primeiro, acontece a ação do prático e implícito, posteriormente ocorre o pensamento morfológico - reflexivo e analítico, por último o estudo das ciências sociais e naturais.

Sendo assim, o primeiro caso domina a ação do prático para adquirir os saberes arquitetônicos. O segundo modo trata-se do conhecimento morfológico, pois utiliza-se da teoria apoiada na metodologia para o conhecimento do espaço, aperfeiçoando a demonstração da realidade. E, o terceiro abrange a arquitetura a partir de uma visão de outra realidade, sem partir do ponto morfológico, pois há a necessidade de conhecer os impactos das vidas inseridas naquele lugar (HOLANDA, 2007). O uso e a formação de espaços são práticas essencialmente humanas, e assim podemos classificar a arquitetura como ciência humana, a qual analisa as relações entre lugares e pessoas. E partem dos aspectos funcionais, bioclimáticos, econômicos, sociológicos, características físicas de lugares e a sua interferência nas vidas das pessoas, assim como questões afetivas, simbólicas e estéticas (HOLANDA, 2007).

Observando a arquitetura rural como transdisciplinar, pode-se dizer que ela está ligada aos campos de estudo da arquitetura e das ciências agrárias. Portanto, deve-se partir da perspectiva do planejamento territorial, principalmente dos ambientes de produção, e o desenvolvimento sustentável dessas regiões (FERRÃO, 2004).

“Quando se admite o caráter transdisciplinar no estudo de algum fenômeno, há que se aceitar o conhecimento advindo de fóruns não acadêmicos” (FERRÃO, 2004, p. 138). Dessa forma, o conhecimento identificado, como: lendas, mitos, costumes. Enfim, não científicos são significativos para o estudo das áreas rurais, pois há valores culturais, além de constituir agentes de personalidade e diferenciação regional (FERRÃO, 2004).

A arquitetura rural define-se como agente de recuperação e preservação de valores culturais e da memória, participando da criação de disposição territorial e paisagem rural (ARGOLLO FERRÃO, 2004).

Dessa forma, o espaço rural possui elementos que o configura, por exemplo a produção agrícola, via técnicas e equipamentos de trabalhos, relacionando-se com a natureza. Sendo assim, encontra-se a arquitetura rural com base em processos de produção (ARGOLLO FERRÃO, 2004).

Há alguns pontos complexos da arquitetura rural para se refletir, como a relação entre cidade e campo, delimitação de espaço, como projetar para pequenas e médias propriedades, visto que grandes fazendas contêm uma arquitetura complexa, e projetar também para as necessidades específicas das produções agrícolas, consolidar aspectos multifuncionais, e também a necessidade de interromper a ocupação desordenada de território, assim como, integrar o meio natural com o meio científico (ARGOLLO FERRÃO, 2004).

O estudo do ambiente construído rural tem evoluído muito e acompanhado o crescimento de diversas áreas do conhecimento. No campo da engenharia nota-se uma preocupação cada vez maior com as áreas voltadas direta ou indiretamente ao planejamento regional e seus aspectos intrínsecos ao espaço não-urbano. No campo da Arquitetura e

Urbanismo, a preocupação com o ambiente rural vem despertando a atenção para os estudos sobre o imenso patrimônio cultural rural e os empreendimentos que podem permitir a sua sustentabilidade e valorização. Nos campos da História, da Geografia e do Turismo são crescentes as ações voltadas aos empreendimentos de turismo no espaço rural.

Também as áreas de construções rurais e ambiência, no âmbito das ciências agrárias, além da tradicional área de assistência técnica e extensão rural mostram-se cada vez mais abertas aos estudos sobre os diversos aspectos do ambiente construído rural com base no que propomos chamar “Arquitetura Rural” (FERRÃO, 2007, p. 90).

De acordo com Ferrão (2007), alguns dos elementos que estão no ambiente rural considerados como patrimônio cultural são: antigos casarões e senzala, casas construídas com técnicas tradicionais, construções de arquitetura vernacular, antigas capelas, engenhos e casas de máquinas, além de espaços físicos atribuídos para a manifestação cultural (FERRÃO, 2007).

O estudo centrado na valorização do patrimônio e na imagem rural, são incentivos para o uso de materiais alternativos, processos simples de construções, ecológicos, de baixo custo e fácil manutenção para as construções rurais, tornando-se acessíveis (FERRÃO, 2007).

Considerando a Arquitetura como ciência humana, os aspectos estudados por essa área são, além das ações humanas, as características apresentadas pelo o espaço físico tanto como social. Assim, a formação de lugares, o seu uso e ocupação estão atribuídos a ação humana, que interferem na paisagem natural. Sendo assim, a Arquitetura é matéria instituída para atuar na região rural, porém não deixa de ser uma área transdisciplinar. A Arquitetura também está inserida no desenvolvimento sustentável do rural, assim como na preservação cultural e ambiental.

Conclusão

De acordo com as informações obtidas, as regiões rurais são relevantes aos estudos, assim como as cidades, desse modo, essas ocupações devem ser assumidas e valorizadas nas metodologias de planejamento territorial que sejam compatíveis com cada área.

Sendo que para o desenvolvimento regional é essencialmente importante considerar o território, e nas regiões rurais é notável a variações de escalas que estão presentes nesses espaços. Logo, deve-se tratar as ações nesse campo de forma multidimensional.

Ao decorrer das décadas, aconteceu a transformação econômica do rural, devido a industrialização do século 19 e o processo de urbanização que aconteceu no País, assim tirando a centralidade financeira que as regiões rurais possuíam, por serem grandes produtores de alimentos. Assim, criou-se a busca pela autenticidade do mundo rural, gerando novos meios de renda. O rural ainda está atrelado aos recursos de produção agrícola, entretanto do ponto de vista da contemporaneidade, estão relacionados também com atividades de lazer e turismo, dessa forma, destacando o avanço do setor de serviço também nas zonas rurais.

A desvinculação da imagem das regiões rurais como sendo apenas produtoras de alimentos gerou um novo reconhecimento da paisagem rural, conseqüentemente estabelecendo a preservação dos recursos naturais e dos cenários rurais. Além da autenticidade da paisagem, a valorização do patrimônio histórico se alinha com essas iniciativas. Assim, há três características do espaço rural, sendo o ambiente natural, as manifestações culturais e o patrimônio histórico.

Essa valorização do mundo rural fez com que incentivasse os meios institucionais a criarem parâmetros para a preservação dos bens naturais e culturais. Entretanto, ainda há um longo caminho a seguir, em consequência do distanciamento de planejamento que o território rural obteve.

Outro aspecto que merece destaque é a presença de infraestrutura no campo Rural, em alguns momentos vindo das relações com a agricultura, em outro precedente das cidades. Visto que o agronegócio produz estruturas complexas para suas atividades,

as relações com as cidades e a grande velocidade da comunicação ajudaram as áreas mais afastadas dos centros urbanos a usufruir do meio técnico-científico.

Dessa forma, como identificados pelos os dados expostos, a maior parte do território terrestre e brasileiros está caracterizado como rural, entretanto com o desenvolvimento das grandes cidades no passado, essa extensão foi exilada durante períodos significativos, desse modo resultando no atraso ao interesse de apropriação e planejamentos dessas regiões, que de uma vista geral são denominadas rurais, porém cada localidade pertence a uma cultural e apresentam suas próprias particularidades, atingindo dimensões distintas.

Apesar disso, é visível que a desigualdade também decorre das manifestações advindas das expressões territoriais. Como visto, anteriormente, os mecanismo institucionais relegaram a atuação no mundo rural, ainda que deixem os municípios responsáveis por essas áreas como consta na Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade, através do Plano Diretor, ainda assim não há um padrão consolidado e centrado para a gestão das áreas rurais.

As escalas locais também chamam a atenção para o desenvolvimento regional, devido ao fato que as regiões identificadas como rurais, tomam diversas formas no território, podendo serem de caráter mais produtivo, assim, absorvendo bastante infraestrutura ou então podem se apresentar mais para o meio habitacional mais distantes de áreas urbanas, com acesso somente a infraestrutura básica, ou se demonstra como uma particularidade reconhecida para a preservação tanto no contexto cultural como o natural.

Portanto, há uma diversidade de desafios que a Arquitetura encontra ao atuar no mundo Rural, apesar disso são pontos bastante relativos e devem ser analisados de acordo com cada especificidade apresentada no local regional. Os aspectos, políticos, sociais, econômicos são evidentes que possuem grande força no âmbito Rural, entretanto é relevante observar o modo de vida desse espaço, como também a habitação, infraestrutura, serviços e preservação ambiental e cultural dessas regiões que abrange características incríveis.

Referências Bibliográficas

BEZERRA DE MIRANDA, L. I. *Planejamento em áreas de transição rural-urbana. Velhas novidades em novos territórios*. Recife, Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 11, núm. 1, p. 25-40, maio, 2009.

CRUZ, P. M. F. Da. *Relação Rural-Urbano no Contexto das Novas Ruralidades: Uma Aproximação Teórica*. Natal, XVIII Enanpur, maio, 2019.

EQUIPE EDITORIAL. “Rem Koolhaas:” o atual desafio da arquitetura é entender o mundo rural”. Brasil, *ArchDaily*, 07 de Julho de 2016. Disponível em <
<https://www.archdaily.com.br/br/790804/rem-koolhaas-o-atual-desafio-da-arquitetura-e-entender-o-mundo-rural>>. Acesso em: 28 de Agosto de 2019.

FAVARETO, A. Da. S. *A Longa Evolução da Relação Rural-Urbano. Para Além de Uma Abordagem Normativa do Desenvolvimento Rural*. Ruris, vol. 1, núm. 1, março, 2007.

FERRÃO, A. M. de. A. *Arquitetura Rural e o espaço não-urbano*. São Paulo: Labor & Engenho – Unicamp, 2007.

FERRÃO, A. M. de. A. *Arquitetura rural e paisagens culturais no Brasil a partir de uma abordagem transdisciplinar e da visão de processo*. São Paulo: Labor & Engenho – Unicamp, 2004.

FERRÃO, J. *Relações Entre Mundo Rural e Mundo Urbano. Evolução Histórica, Situação Actual, e Pistas para o Futuro*. Sociologia, Problemas e Práticas, núm. 33, p. 45-54, 2000.

HOLANDA, F. De. *Arquitetura sociológica*. Recife, Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 9, núm. 1, p. 115-129, maio, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15780-regioes-rurais.html?edicao=16169>. Acesso em: 19 de Abril de 2020.

LAGE, S. D. L. *O planejamento urbano para além urbano-rural: perspectivas e desafios para a consolidação no Brasil de sistemas e práticas integrados e*

planejamento territorial. Campinas, Oculum Ensaios, vol. 14, núm. 1, p. 155-167, janeiro-abril, 2017.

OECD (2016). *OECD Regions at a Glance 2016*. Paris: OECD Publishing, 2016.

PROJETO Rede de Avaliação e Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos. Disponível em: <

<https://www.mdr.gov.br/desenvolvimento-regional-e-urbano/acoes-e-programas-sndr-u/planejamento-urbano/128-secretaria-nacional-de-programas-urbanos/planejamento-urbano/1944-rede-de-avaliacao-e-capacitacao-para-implementacao-de-planos-diretores-participativos> >. Acesso em 1 de Agosto de 2020.

VEIGA, J. E. Da. *Cidades imaginárias*; O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

VEIGA, J. E. Da. *Nascimento de outra ruralidade*. São Paulo, *Estudos Avançados*, vol. 20, núm. 51, p.333 – 353, janeiro-abril, 2006.

